



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas

VESTÍGIOS DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOCENTE

Andreia Pereira dos Santos; Ana Elizabeth Santos Alves.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

deiasantosfk@hotmail.com

ana_alves183@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo descrever a divisão sexual do trabalho docente na Escola Normal de Caetité, BA, documentada nos textos extraídos das “Revistas de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité”, periódico produzido na região do alto sertão baiano entre os anos de 1927 e 1928. Essas referências nos ajudam a refletir sobre a História das mulheres e das relações de gênero, repensar o fazer historiográfico e a produção das narrativas históricas, como também vislumbrar o cotidiano escolar. Para tanto, pretendemos operar com o conceito de gênero, percebendo as relações sociais de sexo como socialmente construídas. A divisão sexual do trabalho naturaliza a separação e a hierarquização no ambiente de trabalho entre homens e mulheres. O trabalho docente, especialmente quando se trata da professora primária, é considerado profissão de mulher. Deste modo, é possível averiguar o processo de feminização do magistério no Brasil, como algo da “natureza e vocação” da mulher e próximo da função materna. Verificamos, portanto, por meio das fontes aqui manuseadas a naturalização da divisão sexual do trabalho produzida no ambiente da Escola Normal de Caetité.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Divisão Sexual do Trabalho, Gênero.

INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho é uma construção social cristalizada na sociedade. Para entendê-la é necessário investigar como se deram as imposições de gênero no campo de pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. Novas formas de se pensar a escrita da história e a produção do conhecimento, desmistifica a narrativa histórica como algo neutro e que somente foi construída por e pelos homens. Quando a história,

homens estiveram envolvidos, constrói no presente, o gênero. A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história. (PEDRO, 2005, p. 87).

A autora nos remete então a pensar gênero enquanto uma construção,

(...) apenas relata fatos
em que

www.redor2018.sinteseeventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

e esta é uma proposta defendida por inúmeras estudiosas da área, dentre elas Joan Scott (1990). A autora, no texto “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, define gênero a partir de duas ordens, ordens essas que se complementam, ao pensar gênero enquanto “uma forma primeira de significar as relações de poder” e simultaneamente, enquanto “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. São exatamente essas relações estabelecidas a partir das diferenças entre os sexos que acarretam uma hierarquização do masculino sobre o feminino nas relações sociais.

O conceito de gênero, apesar de muito plural em sua definição, tem um denominador comum, que é ser entendido enquanto construção social do que é ser masculino e feminino, e como dito, tais construções se baseiam nas diferenças entre os sexos. Heleieth Saffioti (2015), aponta que não necessariamente a construção de moldes de gênero acarretariam em uma hierarquização, entretanto,

historicamente, a consolidação do patriarcado tem se amparado nessas separações dos gêneros para sustentar sua opressão.

O patriarcado pode ser entendido como um sistema social de dominação-exploração, no qual “os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2009, p. 173, comandando e regendo todos os âmbitos da sociedade. O sistema patriarcal amarrou a hierarquização dos gêneros, especificamente a dominação do homem sobre a mulher.

As relações sociais de sexo, “(...) como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2003, p. 1).

Notamos então que as divisões das atividades nos espaços de trabalho são socialmente construídas, e essa divisão social do trabalho carrega em si a divisão sexual do trabalho¹, pois, as diferenças estabelecidas entre os sexos atravessam todos os ambientes sociais;

¹ “(...) Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das

funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...)” (KERGOAT, 2003, p. 1)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

em outras palavras, a divisão sexual do trabalho é a divisão do trabalho social pensada através das relações sociais de sexo. E pensar na divisão sexual do trabalho é afirmar que as relações entre os sexos são socialmente construídas; sendo assim, se reconstroem e se adaptam em diferentes espaços e tempos.

Os princípios da divisão sexual do trabalho são então, “(...) o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (...)” (KERGOAT, 2003, p. 1). Esses princípios nos levam a pensar acerca da divisão sexual do trabalho docente.

No contexto da primeira república brasileira, a educação começa a tomar ares de acesso gratuito, que é quando, as mulheres², que até então tinham sua educação restrita aos princípios religiosos, sendo ministrada em ambientes reservados, têm a oportunidade de acesso ao magistério primário.

A docência que era até então dominada por homens, passa, a partir do final do século XIX e o início do século XX, a ser um espaço reservado às mulheres: temos então a feminização do trabalho docente. Para tanto, a maternidade começa a cumprir um papel de representar a socialização da mulher para lidar com o ensino, e mesmo com o advento da República, que deveria cumprir seu papel de laicidade, a Igreja católica mantinha seu domínio ideológico, principalmente no ensino privado. A justificativa era que

(...) a abertura de espaços para as mulheres no magistério visava antes a manutenção de princípios morais conservadores, contra a co-educação e a favor do contato das meninas com mestras do mesmo sexo, do que propriamente a real profissionalização da mulher. (AMADO; BRUSCHINI, 1988, p. 5-6).

² Faz-se necessário salientar que em um país historicamente escravocrata, e que ainda nos dias atuais continua caminhando pela libertação de

negros e negras, as mulheres das quais falamos são brancas e de classes abastadas.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

A educação da mulher era justificada pela necessidade e o dom construído pela experiência que elas tinham para educar os seus filhos, ou, “na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos” (LOURO, 2015, p. 447). Concomitante a essas ideologias, o processo de higienização e modernização do país fazia crescer progressivamente a necessidade de uma dada educação, perpassando por todos os cantos do Brasil³; e, para as mulheres essa educação estava voltada aos cuidados e aprendizado dos afazeres doméstico, uma vez que, elas seriam as formadoras da nação republicana que se perspectivava para o Brasil.

A necessidade de formar professoras para o ensino primário proporcionou a vinda para o Brasil de modelos educacionais franceses, projetados nas Escolas Normais daquele país⁴, que passaram a ser implementadas

em todo o território brasileiro. Diante disso,

(...) Caetité concebe-se enquanto uma cidade importante no interior do Alto Sertão baiano, e neste contexto modernizador o qual o país vinha se inserindo, esta cidade não se ausentou de forjar disputas pelo espaço escolar. Assim, devido à grande influência política da região, essencialmente marcada na figura do Dr. Deocleciano Pires Teixeira, a Escola Normal de Caetité foi então projetada, no ano de 1895, durante o governo de Joaquim Manoel Rodrigues Lima⁹. E inaugurada somente em 3 de maio de 1898 (...). (SANTOS, 2017, p. 13-14).

³ Devemos deixar explícito de qual modelo de escola estamos falando, um modelo que serviria aos interesses do Estado para moldar os cidadãos e cidadãs do novo Brasil, pois, “a escola, como local que lida com idéias, local que produz e transmite cultura (portanto lida com representações da realidade) dará muito mais provavelmente ênfase às representações da classe dominante (porque esta classe que detém o poder

material detém também a supremacia no âmbito das idéias); mas, como a escola está inserida na sociedade, ela abrigará sem dúvida também outras leituras da realidade, sendo ela própria espaço de contradição e, conseqüentemente, de luta.” (LOURO, 1986, p. 4).

⁴ “A primeira Escola Normal brasileira foi, então, criada em Niterói no ano de 1835” (SCHAFFRATH, 2008, p. 150).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

É a partir desse contexto que surgem as fontes aqui examinadas, as *Revistas de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité*, que circulam na região do alto sertão baiano nos anos de 1927 e 1928, editadas pela tipografia d’A PENNA – Gumes & Filhos⁵ – local onde se produziram as oito edições. A Revista de Educação da Bahia foi projetada com o intuito de propagar ideologias acerca das Escolas Normais. Esses indícios nos levaram a perceber as delimitações socialmente construídas entre o ser mulher e ser homem, que demarcaram e impulsionaram a feminização do trabalho docente. A Escola Normal tem a função de formar professores para o ensino primário. Neste sentido, analisamos como as mulheres tinham sua futura profissão associada a maternidade e ao lugar destinada a ela em uma sociedade patriarcal.

METODOLOGIA

O trabalho de mapeamento de fonte, catalogação e análise é parte

imprescindível para realização de uma pesquisa, sendo assim, faz-se necessário entender que as fontes com as quais se trabalha, independentemente de quais sejam, são produtos de uma construção a partir das relações humanas, envolvendo então correlação de forças. As fontes históricas

(...) enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p. 30).

Ao se encontrar diante das fontes, o trabalho do historiador deve ser seguido de uma formulação do problema de pesquisa, para que assim, conjecturando respostas, o material possa ser historicizado a partir da delimitação do tema de pesquisa. No caso do Brasil, é importante ressaltar que temos as instituições escolares

⁵ Tipografia pertencente a João Gumes. Nascido em Caetité, em 1858, é autor de textos publicados na *Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caetité*. A d’A PENNA – Gumes &

Filhos – também produziu, entre os anos de 1897 e 1943, A PENNA, o primeiro jornal do interior baiano e que nomeia a tipografia.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

originárias no construto entre outras instituições específicas como Igreja e Família, que são espaços ricos em material de pesquisa. Todavia, as fontes aqui selecionadas para análise têm sua origem na própria instituição a ser pesquisada, as *Revistas de Educação*, produzida durante os anos de 1927 e 1928, contando com oito edições.

Inicialmente foi realizada a catalogação das fontes, seis delas encontradas no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), as de número 1, 4, 5, 6, 7 e 8; percebendo então a inexistência de duas destas, o trabalho seguinte se deu na busca pelas edições ausentes, os números 2 e 3, os quais foram fornecidos pela professora Elizabete Conceição Santana, professora da Universidade do Estado da Bahia – Campus I/Salvador. Após digitalizadas e organizadas, as fontes se mostraram em abundância de possibilidade de pesquisa, e a delimitação do tema se deu em decorrência da pesquisa em desenvolvimento no mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e sociedade, intitulada “A feminização da docência no alto sertão baiano nas primeiras

décadas do século XX: experiências e resistências”.

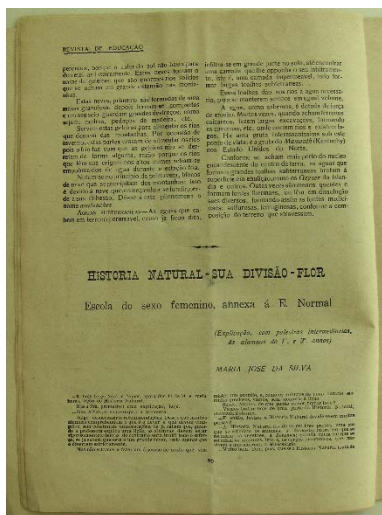
Deste modo, este estudo se concretiza por meio de análises prévias das fontes, que resultaram na seleção de dois textos intitulados “História natural – sua divisão – flor” (Figura 01), localizado na *Revista de Educação* de número 2, publicada em janeiro de 1927, escrito por Maria José da Silva, e o texto “O fundador do jardim da infância no Brasil” (Figura 02), presente na *Revista de Educação* de número 7, publicada em fevereiro de 1928, o qual a autoria é designada à redação. Perspectivou-se então perceber a demarcação dos gêneros presente nos textos, no qual o trabalho docente se aproxima cada vez mais da missão materna socialmente construída em torno das mulheres, ancorada no amor, cuidado e benevolência.



XX REDOR

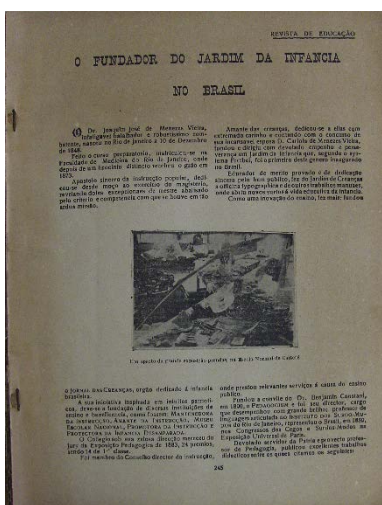
Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

FIGURA 01 – Texto “História natural – sua divisão – flor” da Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caeté, nº 2, 1927, página 57, autoria de Maria José da Silva.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Caeté (APMC).

FIGURA 02 – Texto “O fundador do jardim da infância no Brasil” da Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caeté, nº 7, 1928, página 249, autoria da Redação.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Caeté (APMC).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ambos os textos selecionados para análise descrevem as representações esperadas do “ser mulher.” O texto 1, “História natural – sua divisão – flor”, relaciona-se as normalistas – nomenclatura que designa as estudantes das Escolas Normais. O texto 2, “O fundador do jardim da infância no Brasil”, evidencia os critérios esperados para o comportamento do mestre. No que diz respeito ao texto 1, observamos que o escrito é referente a uma palestra dirigida as alunas do 1º e 2º ano, ministrada pela professora Maria José da Silva. Logo nas primeiras linhas uma das alunas é advertida pelo seu modo de se portar em sala,

(...) Não é plausível estes modos de ficares na classe, encostando-te à mesa, á parede, ou á collega vizinha. Isto é muito feio e vai de encontro ás leis da civillidade. Na escola, em casa, numa festa, na igreja, ou mesmo na rua, devemos attender a certas leis de educação, e aqui vae o meu conselho: procura por toda parte, portar-se



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

como uma menina às direitos o faz, e como já tenho ensinado muitas vezes aqui na escola (...) ⁶.

Notamos então que inicialmente a professora se refere a maneira de se portar em espaços sociais de forma generalizada, sem enfatizar as diferenças de gênero, entretanto, no decorrer de sua observação aponta para a existência de uma “menina às direitos”, posto que havia um modelo performático designado ao corpo feminino, que inclusive já havia sido “ensinado muitas vezes (...) na escola”.

Após descrever a respeito do conteúdo da palestra, que está no texto em formato de diálogo da professora para com as alunas, estas são então comparadas a flores, quando a professora é questionada por uma das alunas,

– E qual a flor que a Sra. Mais gosta?
– Eu, filha, amo todas as flores, tenho dito muitas vezes, porque ellas me fallam muito alto da bondade do Pae Celeste que

mimoseou-nos com tantas bellas, e me falam de suas riquezas, pois que dos meus thesouros tirou tanta variedade de formas e de cores, rivalizando umas com outras em graças e prefeições. Mas há flores que eu amo ainda mais: são as flores vivas que o Jardineiro Divino espalhou pelos lares e pelas escolas e que devem ser o retrato da innocencia e da candura dos anjos do céu. E destas quiz Deus que encontrasse muitos exemplares no bemdito *canteirinho* da Escola annexa do sexo feminino.
– (Eulina admirada) E quaes são estas flores?!
– Não comprehendeste?! São as que me rodeiam, são as que me perfumam diariamente a existência, são as que desenvolvem-se no jardim da Escola, onde as cultivo, são as...
– (Dejanira responde) Somos nós! ⁷.

⁶ Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté, nº 2, 1927, página 57, autoria de Maria José da Silva.

⁷ Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté, nº 2, 1927, página 58, autoria de Maria José da Silva.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Neste trecho dois aspectos se fazem extremamente relevantes, o fato da professora se referir a uma de suas alunas como “filha”, afirmando o quanto sua profissão amarra-se ao papel de mãe; e a afirmação de que as “flores vivas”, as alunas, devem “ser o retrato da inocência e da candura dos anjos do céu”. Evidentemente, que esses comportamentos esperados das alunas da Escola Normal não são produzidos apenas nas relações dentro da escola, tendo em vista que

O grau de consciência e emancipação e, conseqüentemente, a capacidade crítica das mulheres pode ser forjados fundamentalmente no trabalho, mas sem dúvida são ampliados ou limitados pela escola (entre outras instâncias). Esta pode lhes dar meios de desvendamento de suas reais condições ou contribuir para reforçar os papéis e funções que a organização social

vem lhe atribuindo (...). (LOURO, 2011, p. 2).

Sabendo-se então que a educação “se constituiu, historicamente, como um campo normalizador e disciplinador” (LOURO, 2011, p. 66), as imposições de gênero perpassam todos os espaços sociais, não sendo diferente na escola e na construção do trabalho docente. Acerca disso, o texto 2, escolhido para dialogar com as discussões aqui propostas, “O fundador do jardim da infância no Brasil”, de autoria da redação, inicia-se com breves homenagens e descrições sobre os modelos de jardins de infância em diferentes lugares do mundo.

Prosseguindo, apesar do texto declarar que a questão do trabalho docente no ensino primário “não é de sexo, é de sciencia do methodo froebeliano e de consciencia em sua applicação”⁸, em seguida afirma que

Seja como for, ás professoras ou directoras dos jardins da infancia são indispensaveis:

⁸ Revista de Educação – Organ da Escola Normal de Caiteté, nº 7, 1928, página 249, autoria da Redação.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Qualidades
physicas: boa
constituição,
apparelhos da voz,
da vista, do ouvido
bem desenvolvidos
e educados,
physionomia
agradável.
Qualidades moraes:
amar as creanças,
ser generosa, boa,
indulgente,
dedicada, de
vontade calma e
inquebrantável, de
caracter firme e
digno, ter
apuradíssimo o
sentimento de
equidade, da
rectidão, da
honestidade e do
zelo.
Qualidades
intellectuaes:
possuir habito de
estudo, espirito,
observador e
refectido;
instrucção primaria,
conforme as
exigências da
pedagogia
moderna; theoria e
pratica do methodo
froebeliano⁹.

Temos então a afirmação de que os “metres” os quais o texto se refere desaguam em profissionais que se enquadram na construção feminizante dos gêneros, e as característica que se

espera destas são relativas a bondade e ao amor pelas crianças. Esse trecho é então seguido por um conselho aos fundadores dos jardins de infância, de que “(...) essas instituições devem representar famílias e que as mocinhas presumidas, abonecadas, nervosas, e hystericas nunca serão boas mães de familia (...)”¹⁰.

As instituições escolares se encontram então mescladas a outras instituições, dentre elas a família, e o papel exercido pela mulher no seio de uma sociedade patriarcal se estende também a função desta enquanto docente, sendo que, a educação da mulher faz-se para além dela, pois esta se dava em decorrência de sua função social de educadora dos filhos, e na construção da República brasileira; como dito anteriormente, a educação dos cidadãos e cidadãs civilizados que se esperava deste novo modelo proposto de sociedade. Deste modo, o tripé construído entre mãe-mulher-professora, através da separação e hierarquização das funções sociais dos sujeitos, perpassa não somente as ações e a postura das

⁹ Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté, nº 7, 1928, página 249, autoria da Redação.

¹⁰ Revista de Educação – Orgam da Escola Normal de Caiteté, nº 7, 1928, página 249, autoria da Redação.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

professoras, mas também se lança na direção das alunas da Escola Normal, sendo preparadas assim para conduzir os jardins de infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos textos aliados às fontes bibliográficas utilizadas, mostraram indícios da naturalização da profissão docente enquanto trabalho de mulher. Apontamos a divisão sexual do trabalho como eixo central da discussão. Essa ação nos levou a não apenas a contestar a desigualdade nas imposições de papéis e trabalhos, mas também nos faz entender como a sociedade se utiliza dessas diferenças socialmente construídas acerca de gênero para então hierarquizar suas atividades, dentre elas, o trabalho.

Apesar do trabalho docente representar para muitas mulheres uma possibilidade de emancipação, e isso não há como negar; o processo de proletarização desse trabalho deve ser alvo também de discussões, proposta aberta a trabalhos posteriores. E além disto, mesmo com a possibilidade e emancipação, o trabalho docente não desvincula a mulher do campo

reprodutivo e dos muros comportamentais que a elas são destinados. Tendo em vista que a instituição escolar está inserida dialeticamente na construção dos papéis sociais do gênero. Observamos então que a Escola Normal de Caetité não foge, e não teria como fugir, desse emaranhado de moldes sociais.

O ambiente escolar possível de ser vislumbrado por meio das produções das fontes aqui escolhidas é vasto e se torna ainda mais consistente quando associado ao caldo historiográfico do período, para tanto, almeja-se acesso a outras fontes escolares que possam ajudar no amadurecimento desta pesquisa. E nas reflexões a respeito da feminização do trabalho docente no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Tina; BRUSCHINI, Cristina. *Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério*. In: Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas). São Paulo, nº 64, p. 1-78, Fevereiro 1988.
- DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al (orgs.).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 173-178.

LOURO, Guacira Lopes. *Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade*. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>.

_____. *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, UNICAMP, 1986.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na perspectiva histórica*. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Breves considerações sobre fontes para a história da educação*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.

KERGOAT, Danièle. *Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo*. Dictionnaire critique du féminisme, org. Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Ed. Presses Universitaires de France. Paris,

novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), p. 5-22, jul/dez. 1990.